



Parlamentares comemoram placar, que garante votação na próxima 3ª

Parlamentares aprovam urgência da regra fiscal

DE SÃO PAULO

A Câmara aprovou ontem, por 367 votos a favor e 102 contra, o regime de urgência do projeto de lei do novo arcabouço fiscal. A votação teve quórum de 471 deputados federais.

Na prática, a urgência garante celeridade na tramitação da matéria, já que pode ser apreciada diretamente em plenário, sem passar por comissões. A expectativa é de que o mérito do projeto seja votado na terça ou quarta-feira.

Durante discurso, o relator da matéria, Cláudio Cajado (PP-BA), disse que o substitutivo ao projeto apresentado pelo governo foi construído com sugestões de diversos líderes partidários, “de direita, centro e esquerda”. Segundo ele, o texto foi aperfeiçoado com as inserções de controles e ajustes para alcançar o equilíbrio das contas públicas.

Apesar do relator do projeto calcular que seja neces-

sária uma elevação de R\$ 120 bilhões nas receitas do governo para viabilizar o novo marco fiscal, ele reforçou que é possível garantir aumento de arrecadação sem elevação da carga tributária.

“Governo cobrar (imposto) de quem está fora da contribuição é legítimo e justo”, disse Cajado, ao defender o que chama de “justiça tributária”, disse.

O relator do projeto disse ainda que as críticas ao substitutivo foram “poucas e pontuais”. De acordo com ele, eventual aceitação de emendas à matéria deverá ser definida em reunião de líderes, em “posição coletiva” e não individualizada.

Apenas a federação PSOL-Rede – que integra a base do governo – o PL e Novo orientaram seus integrantes a votarem “não” contra a urgência. A oposição e a minoria também orientaram “não”. (EC)